



A história da IV Conferência Brasileira de Educação (1986): limites e possibilidades da educação na nova Constituição.

Caroline A. Dias Arruda*, Fabiana de Cássia Rodrigues

Resumo

O presente trabalho analisa a IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), evento ocorrido em 1986 organizado pelas entidades ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em educação) e CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), que responderam criticamente à política educacional da ditadura militar. A IV CBE se constituiu como um fórum de debates, em que foi formulada a Carta de Goiânia - conjunto de proposições a serem defendidas para constar na Constituição de 1988. O método utilizado foi a pesquisa documental e bibliográfica, foi analisado o material dos Anais da IV CBE, periódicos da época e textos que colaboraram na compreensão do tema. Com a análise e reflexões dos materiais utilizados, articulou-se as proposições do evento com os resultados obtidos ao fim da Constituinte de 1987/1988.

Palavras-chave:

Palavras-chave: IV Conferência Brasileira de Educação. Educação pública. Constituição de 1988.

Introdução

A década de 1980 foi um tempo de efervescência intelectual, em que as três entidades - ANDE, ANPED e CEDES - organizam as Conferências Brasileiras de Educação, eventos que se configuraram como um espaço de debate e discussão para se pensar a questão da educação pública. A IV CBE ocorrida em 1986 se caracterizou como um fórum de debates que aglutinou vários educadores em nome da escola pública, as entidades organizadoras e os educadores de forma geral procuraram construir críticas frente à realidade da política educacional ao mesmo tempo em que formulavam subsídios de uma política educacional voltada a responder problemáticas. Ao fim do evento os educadores elaboraram a Carta de Goiânia, documento com diversas proposições a constar na Constituição de 1988. O objetivo do trabalho se constituiu em confrontar a Carta de Goiânia com as conquistas e limites da educação pública na Constituição de 1988.

Resultados e Discussão

A pesquisa realizada teve como base para seu desenvolvimento os Anais (Tomo 1) da IV Conferência brasileira de Educação, uma fonte primária, além de outros materiais divulgados pelas entidades organizadoras do evento, que foram sintetizados em duas tabelas principais com o intuito de levantar as principais proposições dos educadores para a Constituinte e também as ideias defendidas pelos autores. Para confrontar os resultados obtidos foi utilizado o “Manifesto dos Educadores”, folhetim entregue aos educadores no início da IV CBE, a “Carta de Goiânia”, documento elaborado pelos educadores presentes na IV CBE, em comparação com as conquistas adquiridas com a Carta Constitucional de 1988.

As principais proposições dos educadores giram em torno da qualidade e gratuidade da educação pública, repasse de recursos somente para o ensino público, municipalização e uma base comum de ensino. Essas proposições advêm também do trabalho individual das

entidades organizadoras do evento que aparecem na Carta de Goiânia somadas a outras reivindicações frente à política educacional da época, e que em seguida passam a constar em certa medida na Carta Constitucional de 1988.

Conclusões

O confronto entre as pautas defendidas pelos educadores sintetizadas na Carta de Goiânia com a Carta Constitucional revelou os ganhos da mobilização dos educadores e como a carta de Goiânia serviu como base na discussão da Constituinte. Esse processo de deu também pelo trabalho das entidades de maneira individual, que fomentaram as potencialidades da Constituinte e da organização da sociedade civil. Portanto, o evento da IV CBE, por fim, se configurou como um sintetizador de todo o processo ocorrido durante as décadas 1980. Reunidos, os educadores elaboraram e aprimoraram propostas em resposta às demandas educacionais, trazendo a partir da Carta de Goiânia e das lutas pela escola pública um novo período para as políticas educacionais no Brasil, simbolizando um marco na organização do professorado e as potencialidades da democratização.

IV CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, Anais, Tomo 1, São Paulo: Cortez Editora, 1988. p. 15 - 415.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CUNHA, L. A.; Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.